

ESCOSTEGUY, Ana Carolina D. *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*. Belo Horizonte: Autêntica, 2001. 240p. (Coleção Estudos Culturais, 8).

*Eugênio Rezende de Carvalho\**

Presenciamos na atualidade o transcurso de um período marcado pela chamada “virada cultural” nos estudos das sociedades humanas. Um reflexo de tal fenômeno se traduz no crescente e intenso debate sobre cultura travado nas últimas décadas nos meios acadêmicos e intelectuais de diversas partes do mundo, bem como no grande número de publicações acadêmicas que, sob as mais diversas perspectivas e enfoques disciplinares, têm privilegiado a abordagem cultural no estudo do social. É nesse cenário que emergiram nas últimas décadas os chamados “estudos culturais”, impulsados pelos ventos da globalização. Esses estudos conquistaram uma respeitabilidade acadêmica que paulatinamente têm extrapolado a esfera do mundo de língua inglesa de onde se originaram. *Grosso modo*, os estudos culturais podem ser descritos como um projeto acadêmico-intelectual surgido nos anos 60 na Universidade de Birmingham (Inglaterra), tendo como mentor o professor de literatura inglesa Richard Hoggart. Entretanto, somente a partir dos anos 80, tal perspectiva de análise se expandiu para outras regiões e países, adquirindo novos e variados matizes teórico-metodológicos. Daí o grande desafio em identificar de que forma tais apropriações conseguiram reter especificidades e diferenças históricas e culturais em relação aos estudos culturais britânicos.

Na América Latina, a investigação cultural, numa perspectiva crítica, tem início principalmente na década de 1980, abordando privilegia-

---

\* Professor da Universidade Federal de Goiás.

damente temas relacionados com a cultura popular e a indústria cultural. Se porventura levamos em conta o pressuposto da existência de algo denominado “estudos culturais latino-americanos”, seria natural questionar suas possíveis relações e vínculos com a tradição pioneira dos estudos culturais britânicos. Talvez seja este um dos propósitos maiores do livro *Cartografias dos estudos culturais: uma versão latino-americana*, que se constitui numa adaptação da tese de doutoramento da professora Ana Carolina D. Escosteguy, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Com esse livro, sua autora traz à tona uma instigante discussão teórica sobre o encontro de duas tradições intelectuais – a dos estudos culturais britânicos e a dos estudos culturais latino-americanos. Apresenta de forma sumária a trajetória histórica dessas duas perspectivas, visando estabelecer tanto suas especificidades e diferenças quanto seus pontos de convergência, para, ao final, oferecer um esboço de uma possível contribuição latino-americana para os estudos culturais.

A opção de Escosteguy foi explorar, de um lado, a contribuição intelectual de Stuart Hall, antropólogo jamaicano radicado na Inglaterra, como um dos principais – se não o principal – representantes dessa perspectiva dos estudos culturais britânicos. De outro lado, a autora investiga o itinerário intelectual do professor Jesús Martín-Barbero, da Universidad del Valle (Cali-Colômbia), e de Néstor García Canclini, cientista social argentino radicado no México, em virtude de suas contribuições aos estudos culturais no âmbito latino-americano. Sua proposta é estabelecer uma articulação entre os autores latino-americanos e os estudos culturais, sobretudo na sua vertente britânica, e, especificamente, a partir da obra de Hall. A questão que a autora persegue é: o que teriam os estudos culturais latino-americanos de singular em relação ao mais amplo movimento desse corpo teórico-político-acadêmico? Estariam seus praticantes no campo latino-americano dispostos a submergir sua identidade nesse amplo movimento, essencialmente anglo-americano? Escosteguy prefere compreender essa relação entre uns e outros como uma “tradução”, na medida em que ambas as perspectivas preservam suas diferenças e originalidades. Entretanto, em que pesem tais particularidades, as formulações latino-americanas não podem ser encaradas como um movimento isolado do restante do pensamento social. Assim, a autora deixa evidente inúmeras articulações entre as análises culturais propostas

pelos autores latino-americanos explorados e os estudos culturais, sobretudo no que diz respeito às relações entre cultura e poder e às influências gramscianas. Em seu recorte, coerente com sua formação e área de atuação, a autora privilegia as análises que abordam as relações entre comunicação e cultura, ou, mais especificamente, os vínculos entre os estudos culturais e a comunicação. Dessa forma, ela prioriza, na reconstituição histórico-descritiva das trajetórias britânica e latino-americana, algumas temáticas teóricas que estabelecem a conexão entre os estudos culturais e os autores latino-americanos explorados. Entre tais temáticas destacam-se: as relações entre cultura e ideologia; a ênfase na cultura popular; as identidades culturais contemporâneas; o conceito de hegemonia e o papel do intelectual na esfera da cultura.

No primeiro capítulo, Escosteguy nos brinda com uma reconstituição histórica dos estudos culturais, evidenciando o contexto britânico como a base dessa experiência. Diante das múltiplas versões sobre o início do projeto dos estudos culturais, a autora ressalta aquela que trata da história das idéias, indicando o trio fundador – Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson – e suas obras. No âmbito latino-americano, dada a ausência de relatos consolidados sobre a formação dos estudos culturais, a autora opta por “construir uma narrativa que privilegia a constituição dessa perspectiva nas intersecções com o campo da comunicação”. Nos capítulos seguintes é desenvolvida a análise dos eixos temáticos, considerados como marcos centrais no debate teórico dos estudos culturais.

Intitulado “De ideologia para hegemonia”, o segundo capítulo é dedicado à abordagem das relações entre ideologia e hegemonia, ou, mais precisamente, de como os estudos culturais incorporaram o conceito de hegemonia, de Antonio Gramsci, como uma alternativa de uma possível superação dos problemas postos pelo confronto clássico entre estruturalismo e culturalismo. Segundo a autora, a incorporação do conceito de hegemonia possibilitou a percepção de um movimento mais dinâmico e complexo na sociedade, admitindo tanto a reprodução do sistema de dominação quanto a resistência a esse mesmo sistema. Dessa forma, os autores tratados coincidem na tematização da cultura como um espaço de produção social e não somente de reprodução. Ainda sob a influência da Gramsci, outro ponto, além do anterior, assume a condição de elemento-chave na formação da tradição dos estudos culturais: trata-se

da relação entre práticas culturais e outras práticas em formações sociais definidas, ou seja, a relação do cultural com o econômico, o político e as instâncias ideológicas. Encarando a cultura como um espaço de produção social, em tal perspectiva nega-se qualquer caráter de determinação nas relações entre as instâncias econômica, política e cultural, privilegiando-se o caráter “relacional” entre instâncias diferentes. No fundo, como mais uma influência gramsciana, tal idéia se complementa com o conceito de hegemonia. E assim, em torno dessa temática central, a autora analisa como tais conceitos e idéias encontram-se evidenciados no pensamento do trio estudado: Stuart Hall, Martín-Barbero e García Canclini. Conclui que o aporte gramsciano comum a esses autores vai permitir o entendimento de contextos históricos específicos e formações sociais em que a história é ativamente produzida pelos indivíduos e grupos sociais, mantendo-se, ainda que de forma não acentuada, uma tensão entre as estruturas e os sujeitos.

No terceiro capítulo, “O popular como opção política”, a autora identifica e analisa outro importante elemento comum entre os autores investigados, ao ressaltar as configurações conceituais do popular dentro dos estudos culturais e suas implicações teóricas, políticas e intelectuais. Reconhece de início que, embora os estudos culturais não possam ser reduzidos ao estudo da cultura popular, essa temática é central no seu projeto, entendendo que a tematização da cultura popular em si mesma já é uma opção de cunho político. Chama a atenção para o fato de como os estudos culturais estão preocupados com as inter-relações entre domínios culturais supostamente separados, e como interrogam-se sobre as mútuas determinações entre culturas populares e outras formações discursivas. Chama a atenção também para as relações que a abordagem estabelece entre popular, hegemonia e política, entendendo hegemonia, mais do que uma direção política, como uma direção cultural. Mas a influência das idéias de Gramsci nas formulações dos autores em foco não pára por aí. Ela vem à tona uma vez mais ao discutir a questão do engajamento intelectual, sobre as relações entre posição institucional e prática intelectual. Nos autores abordados, o elemento teórico é visto muito mais como uma resposta a práticas específicas em contextos particulares. Daí se conclui que os estudos culturais aspiram ser um modo de politizar práticas intelectuais, pela aceitação do desafio de estar à frente teoricamente, mas sem se omitir da responsabilidade inerente à

função intelectual, qual seja a de transmitir conhecimentos para aqueles que não pertencem à categoria dos intelectuais. Sem dúvida, tal ambição faz parte do projeto dos estudos culturais. É em tal contexto que se insere a preocupação com o popular que, entendido à luz gramsciana não mais como uma essência, mas como uma matriz cultural, acabou por transformar-se num objeto privilegiado de análise dos estudos culturais.

Outra temática central dos estudos culturais na atualidade é pensar em como se constituem atualmente as identidades culturais. Tal é o eixo do quarto e último capítulo, intitulado “Identidades culturais: um discussão em andamento”. Afinal, temas importantes, como identidade e cultura nacional, raça, etnia, gênero, modernidade/pós-modernidade, globalização, pós-colonialismo, ocupam a maior parte das reflexões dentro do campo dos estudos culturais. Diante da amplitude de tal problemática, a autora circunscreve sua reflexão à abordagem do papel dos meios de comunicação (como ponto de partida), seja na constituição de identidades nacionais, seja na proliferação de novas identidades, e opta ainda por tratar de forma individualizada a contribuição de cada um dos três autores analisados. Subdivide o capítulo em três e, com os subtítulos “Identidade como diáspora”, “Identidade como descentramento” e “Identidade como hibridismo”, introduz suas abordagens sobre as contribuições de Hall, Martín-Barbero e Canclini, respectivamente, enfatizando o que considerou de mais original e significativo na contribuição de cada um desses autores para o tema das identidades culturais.

Para Hall, segundo a autora, a imigração veio a ser o evento histórico-mundial da modernidade tardia, e a clássica experiência pós-moderna revela-se a experiência diaspórica. Ressalte-se, nesse sentido, a própria experiência e a trajetória pessoal dos autores estudados, já que todos eles vivenciaram, na condição de imigrantes, tal experiência. Hall destaca que, com o processo de globalização, ocorre uma significativa transformação na estável relação entre identidade cultural nacional e Estado-nação, ou seja, a idéia de que uma formação nacional possa ser representada por uma identidade nacional vai sendo crescentemente abalada e tensionada. Entre as contribuições de Hall para o debate sobre as identidades culturais, a autora destaca: a idéia de que a identidade é um espaço onde um conjunto de novos discursos teóricos se interseccionam e onde um novo grupo de práticas culturais emerge; trata-se de

uma categoria política e culturalmente construída em que a diferença e a etnicidade são seus elementos constituintes; a experiência da diáspora se transforma em emblema do presente; a hibridação deixa sua marca, e a fluidez da identidade torna-se ainda mais complexa pelo entrelaçamento de outras categorias socialmente construídas, além das de classe, raça, nação e gênero.

Ao abordar a contribuição de Martín-Barbero sobre o tema das identidades culturais, Escosteguy revela uma perspectiva da identidade vista como descentramento. Sobressai de tal contribuição uma proposta que destaca a natureza negociadora da formação histórica da identidade cultural latino-americana. A crítica de Martín-Barbero irá contra as teorias que procuram associar o sentido das identidades culturais a uma essência em termos de uma “pureza” do ser latino-americano. Para ele, a identidade cultural latino-americana é uma mistura, uma “mestiçagem”, na qual as culturas rurais, urbanas, raciais, locais, regionais, nacionais e transnacionais interagem. Já em relação à contribuição de García Canclini, a autora destaca sua tese da identidade como hibridismo. Ressalta sua concepção de América Latina: uma articulação complexa entre tradições e modernidades, diversas e desiguais, coexistindo em múltiplas formas de desenvolvimento, confluindo para o conceito de “hibridismo cultural”, como um modelo explicativo de identidade. Afastando-se das perspectivas essencialistas, Canclini vê a identidade como uma narrativa incessantemente construída e reconstruída pelos diversos atores sociais, ainda que em condições desiguais, devido às relações de poder que intervêm nesse processo. Assim, a identidade torna-se uma co-produção que inclui a presença de conflitos pela coexistência de nacionalidades, etnias, gêneros, gerações etc., constituindo-se simultaneamente em representações e ação. Vale ressaltar aqui que, apesar das fortes e evidentes influências das idéias de Gramsci sobre os autores estudados, Canclini, em particular, manifesta uma necessidade de mitigar um pouco o rigor conceitual que muitas vezes reduziu as complexas relações entre hegemonia e subalternidade a um confronto rígido e bipolar. Para ele, tal postura pode levar ao risco de conferir pouco peso aos espaços de negociação. Em outras palavras, embora afirme que as categorias de hegemonia e resistência continuem válidas para compreender os processos de formação das identidades, Canclini entende que a complexidade das interações demanda a necessidade de analisá-las como processos de

negociação. Negociação é aqui vista como uma forma de existência, um componente-chave no funcionamento das instituições e dos campos socioculturais. Por fim, ao tecer considerações de caráter geral acerca da contribuição desses três autores para o debate sobre as identidades culturais, Escosteguy chama a atenção para o fato de que a esfera cultural, na qual a globalização se torna mais aparente e visível, apresenta-se como um espaço contraditório onde forças opostas atuam: homogeneização e surgimento de formas locais híbridas, neocolonização e resistência.

Em suas conclusões, a autora afirma ter sido possível revelar a relação existente entre um determinado pensamento latino-americano e os estudos culturais, pela identificação do movimento de migração de um corpo de reflexões desde o espaço do qual se originaram, Grã-Bretanha, até a América Latina. Mais do que centrar suas reflexões no debate acerca das suas origens, a autora privilegia em sua abordagem as rotas e trajetos percorridos por tal movimento (aliás, o termo “cartografia” presente no título da obra não parece ilustrar bem a dinâmica inerente a tal processo), enfatizando que, no processo de “tradução” latino-americana, os autores estudados nem se lançaram a uma transposição mecânica de uma teoria a uma realidade particular, subordinando a realidade a fórmulas teóricas, nem subordinaram uma teoria à realidade latino-americana. Por tal razão, a autora acredita que os latino-americanos estudados, ao fundirem teoria com realidade, acabaram produzindo estudos culturais latino-americanos e não apenas estudos culturais localizados na América Latina.

Não poderia concluir sem deixar fazer referência ao momento tão oportuno em que esta obra vem à luz, exatamente quando a esfera do cultural cobra mais e mais espaço nos estudos das sociedades humanas. Quando cada vez mais os investigadores das diversas áreas de conhecimento que compartilham o social como objeto de estudo – antropólogos, historiadores, sociólogos, filósofos etc. – são denominados genericamente “cientistas da cultura”, e, sobretudo, num momento em que se fortalece e se consolida a consciência de que tal objeto comum de investigação não pode prescindir de um diálogo e tratamento interdisciplinar. Em que pese sua natural e justificável opção de privilegiar – embora longe de exclusivizar – os vínculos entre os estudos culturais e comunicação, dentro do contexto maior das relações entre comunicação

e cultura, as *Cartografias* de Ana Carolina Escosteguy extrapolam em muito tais limites de abordagem ou de perspectiva, oferecendo ao leitor uma abordagem ampla dos estudos culturais, seja por englobar a perspectiva latino-americana, seja por incluir temas tão atuais e recorrentes, como, por exemplo, o das identidades culturais. Por tudo isso, a presente obra é de leitura obrigatória para os todos os interessados no estudo da cultura, preenchendo uma lamentável e injustificável lacuna na bibliografia que trata dos estudos culturais na – e da – América Latina. Por fim, falando do território e da perspectiva do historiador, parece-nos óbvia a utilidade de tais reflexões, sobretudo para aqueles envolvidos com temas, objetos e perspectivas da história cultural. Entretanto, para o campo dos historiadores, creio que o maior significado dessa obra vem em tom de desafio (inspirado num comentário de Lynn Hunt): como contribuir para tornar mais históricos os estudos culturais, quando os estudos históricos nunca estiveram tão culturais?